

# SUMÁRIO

## 1

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>31</b>
-------------------------	-----------

## 2

<b>CONCEITO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO NO DIREITO BRASILEIRO .....</b>	<b>33</b>
--	-----------

2.1 Funções da prisão em flagrante delito .....	34
2.2 Natureza jurídica da prisão em flagrante delito .....	35
2.3 Evolução histórica da prisão em flagrante delito no direito brasileiro.....	37

## 3

<b>PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO E ATIVIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA .....</b>	<b>41</b>
---	-----------

3.1 Flagrante compulsório e flagrante facultativo .....	46
3.1.1 Flagrante cataléptico.....	49
3.1.2 Guardas Municipais.....	50
3.2 Flagrante esperado, flagrante provocado e flagrante forjado.....	53
3.3 Flagrante compulsório e a infiltração de agentes .....	56
3.4 Agente policial disfarçado .....	58

## 4

<b>PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO E INQUÉRITO POLICIAL .....</b>	<b>65</b>
--	-----------

4.1 Prisão em flagrante delito nos crimes de ação penal condicionada à representação e de ação penal privada .....	66
4.2 Conceito e esboço histórico do inquérito policial .....	68

## 5

**PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS INFORMADORES**

<b>DA PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO.....</b>	<b>73</b>
5.1 Princípio da dignidade da pessoa humana .....	74
5.1.1 Emprego de força .....	75
5.1.2 Morte decorrente de intervenção policial.....	79
5.1.3 Emprego de algemas.....	86
5.1.4 Constrangimento ilícito de preso ou detento e a nova lei de abuso de autoridade.....	92
5.2 Princípio do devido processo legal: a devida investigação cri- minal .....	94
5.3 Princípio da legalidade .....	95
5.4 Princípio do investigador natural: Delegado de Polícia natural ...	97
5.4.1 Autoridade natural na prisão em flagrante delito.....	101
5.5 Princípios do contraditório e da ampla defesa .....	103
5.6 Princípio da publicidade.....	107
5.7 Princípio da paridade de armas.....	113
5.8 Princípio da imparcialidade.....	115
5.8.1 Imparcialidade e a superação da inquisitorialidade: o in- quérito policial como procedimento apuratório.....	118
5.9 Princípio da reserva de jurisdição.....	122
5.9.1 Acesso aos dados armazenados em dispositivos eletrônicos.	123
5.10 Princípio da inadmissibilidade ou proibição de provas ilícitas ...	132
5.11 Princípios da duração razoável da investigação e da eficiência....	134
5.11.1 Aplicação de recursos tecnológicos: prisão em flagrante delito por videoconferência e inquérito policial eletrôni- co.....	137
5.12 Princípio da presunção de não culpabilidade.....	144
5.13 Princípio da não autoincriminação.....	146
5.14 Princípio da motivação.....	148

## 6

<b>FLAGRÂNCIA DELITIVA, FUNDADA SUSPEITA E INDICIAMENTO .....</b>	<b>151</b>
6.1 Flagrância delitiva: requisito temporal da prisão em flagrante delito.....	152
6.2 Flagrante próprio, perfeito, verdadeiro ou real.....	152
6.3 Flagrante impróprio, imperfeito, irreal ou quase-flagrante .....	154
6.4 Flagrante presumido, assimilado ou ficto .....	156
6.5 Prisão em flagrante delito nos crimes permanentes, nos crimes habituais e no crime continuado .....	156
6.5.1 Crimes permanentes e a inviolabilidade domiciliar: justa causa provável ou visibilidade provável prévia.....	160
6.6 Ação controlada e entrega vigiada: flagrante retardado, postergado, estratégico, prorrogado ou diferido .....	167
6.7 Fundada suspeita e decisão de indiciamento: requisito probatório da prisão em flagrante delito.....	173
6.7.1 Momento do indiciamento .....	181
6.7.2 Consequências do indiciamento .....	184
6.7.3 Qualificação e interrogatório.....	185
6.7.3.1 Direito ao silêncio, “aviso de Miranda” e interrogatório sub-reptício .....	189
6.7.3.2 Prestação de dados falsos e recusa de dados sobre a própria identidade .....	194
6.7.3.3 Confissão .....	195
6.7.3.4 Tortura .....	197
6.7.4 Vida pregressa ou pregressamento .....	198
6.7.5 Identificação.....	199
6.7.5.1 Identificação civil e identificação criminal .....	199
6.7.5.2 Identificação criminal pelo perfil genético .....	203
6.8 Etapas da prisão em flagrante delito .....	205
6.8.1 Abordagem, captura e condução coercitiva.....	206

6.8.2	“Prisão-custódia” ou “prisão-formalização”: audiência de apresentação e garantias, decretação da custódia e o auto de prisão em flagrante delito .....	211
6.8.2.1	Auto de prisão em flagrante delito e a audiência de apresentação e garantias.....	212
6.8.2.2	Oitiva de testemunhas: depoimentos.....	216
6.8.2.3	Oitiva de vítimas: declarações .....	219
6.8.2.4	Oitiva do indiciado: interrogatório.....	223
6.8.2.5	Nota de culpa .....	227
6.8.3	Prisão-recolhimento ou encarceramento e a fiança extrajudicial .....	228
6.8.3.1	Fiança e liberdade provisória.....	228
6.8.3.2	Crimes inafiançáveis .....	230
6.8.3.3	Vedação de fiança extrajudicial no crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência da Lei “Maria da Penha” .....	237
6.8.3.4	Valor da fiança .....	238
6.8.3.5	Prazo para exibição do valor arbitrado a título de fiança.....	241
6.8.3.6	Fiança em caso de concurso de infrações penais e causas de aumento e de diminuição de pena ..	241
6.8.4	Comunicações sobre a prisão em flagrante e prazos legais.	242
6.9	Independência funcional e discricionariedade do Delegado de Polícia.....	245
6.9.1	Prisão em flagrante delito e independência funcional.....	253
6.10	Criptoflagrante: ausência de flagrância delitiva ou fundada suspeita e a não decretação da prisão em flagrante delito.....	255
6.10.1	Relaxamento da prisão em flagrante delito pelo Delegado de Polícia .....	265
6.11	Juízos de tipicidade, de ilicitude e de culpabilidade exercidos pelo Delegado de Polícia.....	267
6.11.1	Juízos de tipicidade e de ilicitude: a análise de descriminantes pelo Delegado de Polícia.....	269
6.11.2	Análise do princípio da insignificância pelo Delegado de Polícia .....	276

6.11.3	Juízo de culpabilidade exercido pelo Delegado de Polícia	283
6.12	Prisão em flagrante delito, infrações de menor potencial ofensivo e termo circunstanciado .....	286
6.12.1	Concurso de infrações penais de menor potencial ofensivo e prisão em flagrante delito .....	295
6.12.2	Estatuto do Idoso, termo circunstanciado e prisão em flagrante delito .....	297
6.13	Prisão em flagrante delito nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher – Lei nº 11.340/2006 (“Maria da Penha”)...	299
6.14	Apresentação espontânea, voluntária ou autoapresentação .....	310
6.15	Prisão em flagrante delito, imunidades prisionais e foro por prerrogativa de função .....	316
6.15.1	Presidente da República .....	317
6.15.2	Governadores de Estado .....	317
6.15.3	Prefeitos .....	319
6.15.4	Parlamentares Federais, Estaduais e Municipais.....	319
6.15.5	Agentes diplomáticos e agentes consulares .....	323
6.15.6	Membros da Magistratura e do Ministério Público .....	326
6.15.7	Advogados.....	327
6.15.8	Militares das Forças Armadas e Policiais Militares .....	328
6.15.9	Prisão em flagrante e período eleitoral.....	329
6.15.10	Crianças e adolescentes .....	331
6.15.10.1	Atos infracionais cometidos por crianças .....	332
6.15.10.2	Atos infracionais cometidos por adolescentes.	333
6.15.10.3	Auto de apreensão de adolescente infrator .....	337

## 7

<b>APRECIÇÃO JUDICIAL DA PRISÃO</b>		
<b>EM FLAGRANTE DELITO .....</b>		<b>341</b>
7.1	Relaxamento da prisão em flagrante delito ilegal.....	342
7.2	Liberdade provisória, medidas cautelares diversas da prisão e conversão da prisão em flagrante em preventiva .....	346
7.3	Audiência de custódia .....	350

**8**

---

<b>PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO NO DIREITO COMPARADO .....</b>	<b>365</b>
8.1 Prisão em flagrante delito no direito português .....	366
8.2 Prisão em flagrante delito no direito espanhol.....	369
8.3 Prisão em flagrante delito no direito italiano .....	370

**9**

---

<b>PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO NO PROJETO DE NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.....</b>	<b>373</b>
9.1 Estado flagrancial e reconhecimento de excludentes de ilicitude	373
9.2 Fiança, apreciação judicial da prisão em flagrante delito e prazo máximo de prisão provisória .....	375
9.3 Indiciamento e interrogatório.....	379

**10**

---

<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>381</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>385</b>
<b>A TÍTULO DE POSFÁCIO .....</b>	<b>415</b>